

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a Prática dos Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em Bataguassu, MS: Relações Possíveis

The National Pact for Initial Reading Instruction at the Right Age (PNAIC) and Practice of Teachers in Early Years of Basic Education in Bataguassu, MS: Possible Relations

Carla Busato Zandavalli Maluf de Araujo^{a*}; Maria Aparecida Manteini^b

^aUniversidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências, MS, Brasil.

^bUniversidade Federal de Mato Grosso do Sul, Curso de Pedagogia, MS, Brasil.

*E-mail: carlabzandavalli@gmail.com

Resumo

O objetivo principal da pesquisa foi analisar como as ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) influenciaram as práticas pedagógicas dos docentes da rede municipal de ensino, em Bataguassu, MS. O estudo de caso foi realizado em três etapas: bibliográfica, de coleta de dados em campo e de tratamento e análise de resultados. O levantamento bibliográfico das produções científicas relativas ao tema abrangeu a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), o Banco de Teses e Dissertações da Capes e a base de dados SciELO. A coleta em campo consistiu na aplicação de um questionário estruturado aos professores participantes do programa, bem como de entrevista com o coordenador local do PNAIC. A percepção dos sujeitos da pesquisa sobre o PNAIC é bastante positiva, pois acreditam que o programa colaborou para a melhoria da qualidade do trabalho dos docentes dos anos iniciais do ensino fundamental, possibilitando às crianças um aprendizado mais dinâmico e prazeroso, centrado no lúdico. As respostas apontam para uma apreensão insuficiente das bases teóricas dispostas nos Cadernos de Formação, dada a centralidade nos procedimentos e a ausência de reflexões teórico-práticas e da percepção da Alfabetização na perspectiva do Letramento. Os resultados das avaliações externas revelam dificuldades dos estudantes que se encontram, majoritariamente, nas escalas 1 e 2 de proficiência em Leitura, Escrita e Matemática, com pior desempenho em Matemática, mas não são válidos para a análise da eficácia do PNAIC, o que só será possível nos próximos dois anos, caso o programa seja consolidado.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. PNAIC. Formação de Professores.

Abstract

The main objective of this research was to analyze how the actions of the National Pact for Initial Reading Instruction at the Right Age (PNAIC) influenced the pedagogical practices of teachers of municipal schools in Bataguassu, MS. The study of case was conducted in three stages: bibliographic, field research and treatment and analysis of results. The bibliographic search of scientific production on the theme included the Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), the Bank of Thesis and Dissertations of Capes and the SciELO.br database. The field research consisted on the application of a structured questionnaire to teachers participating in the program as well as an interview with the local coordinator of PNAIC. The perception of the subjects of the research on the PNAIC is very positive, because they believe the program helped to improve the quality of teachers work in the early years of elementary school, allowing to children a more dynamic and enjoyable learning, centered in toys and games. The responses point to an insufficient grasp of the theoretical foundations laid in training notebooks, given the centrality of the procedures and the lack of theoretical and practical reflections and the perception of initial reading instruction in the perspective of Literacy. The results of external evaluations reveal difficulties of students who are, mostly, on the scales 1 and 2 in reading proficiency, writing and mathematics, with worse performance in mathematics, but they are not valid for the analysis of the effectiveness of PNAIC, what only will be possible in the next two years, if the program become consolidated.

Keywords: Education Policy. PNAIC. Teachers training.

1 Introdução

Este artigo expõe resultados de uma pesquisa realizada sobre as contribuições do Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)¹ para a melhoria da prática docente dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental na rede municipal de ensino, no município de Bataguassu, MS.

O Pacto, instituído por meio da Portaria do Ministério da Educação - MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, tem por objetivo alfabetizar as crianças até o final do 3º ano do ensino fundamental. Para atingir seu objetivo está proporcionando, a

alguns professores alfabetizadores que atuam nas turmas de 1º, 2º e 3º anos e são selecionados pelo programa, uma formação presencial², que acontece durante todo o ano letivo, acrescida de pagamento de uma bolsa de estudo. Com a realização do programa, espera-se que ao término do 3º ano as crianças sejam capazes de: compreender o funcionamento do sistema de escrita alfabética (SEA), dominar as correspondências grafofônicas, ler com fluência e dominar estratégias de compreensão e de produção de textos escritos (BRASIL, 2013a).

1 Neste artigo serão utilizadas as denominações presentes nos documentos oficiais “Pacto” e “PNAIC”.

2 A execução das ações de formação continuada de professores respalda-se na Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.

Há quatro princípios centrais considerados ao longo do desenvolvimento do trabalho pedagógico desencadeado no processo de formação no Pacto:

1. o Sistema de Escrita Alfabética é complexo e exige um ensino sistemático e problematizador;
2. o desenvolvimento das capacidades de leitura e de produção de textos ocorre durante todo o processo de escolarização, mas deve ser iniciado logo no início da Educação Básica, garantindo acesso precoce a gêneros discursivos de circulação social e a situações de interação em que as crianças se reconheçam como protagonistas de suas próprias histórias;
3. conhecimentos oriundos das diferentes áreas podem e devem ser apropriados pelas crianças, de modo que elas possam ouvir, falar, ler, escrever sobre temas diversos e agir na sociedade;
4. a ludicidade e o cuidado com as crianças são condições básicas nos processos de ensino e de aprendizagem (BRASIL, 2013a, p.1).

O programa é realizado pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica - SEB, em parceria com universidades que integram a Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão das secretarias estaduais e municipais de educação. Essa adesão implica o compromisso dos entes federados em: alfabetizar todas as crianças em língua portuguesa e em matemática até 8 anos de idade; participar das avaliações anuais universais, aplicadas pelo INEP, junto aos concluintes do 3º ano do ensino fundamental; e, no caso dos estados, apoiar os municípios que tenham aderido às Ações do Pacto, para sua efetiva implementação. Ou seja, o Pacto não se limita à dimensão pedagógica, mas se estrutura com base em quatro eixos de atuação, que abrangem também a avaliação em larga escala, a gestão e o controle social (BRASIL, 2013a, p.1).

O PNAIC, desenvolvido gradativamente desde 2008 e iniciado em 2013, contou com as várias ações em âmbito nacional, que objetivaram a articulação dos componentes curriculares da Educação Básica. Em 2013, foi desenvolvida formação continuada (120 horas) abrangendo atividades de estudo, planejamento e socialização da prática, com ênfase em Linguagem. Em 2014, foram aprofundadas noções desenvolvidas no ano anterior, em 160 horas, mas com ênfase em Matemática. Em 2015, serão implantadas as ações do programa em todas as áreas do currículo da Educação Básica em âmbito nacional (BRASIL, 2015a).

A participação na Formação Continuada de Professores Alfabetizadores requer que os mesmos se enquadrem nos critérios estabelecidos nas Portarias MEC nº 867, de 4 de julho de 2012 e nº 1458, de 14 de dezembro de 2012 e na Resolução CD/FNDE nº 4, de 27 de fevereiro de 2013. Esses documentos normativos instituem o PNAIC, definem suas diretrizes gerais e as categorias e parâmetros para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito do programa.

Se não atenderem a tais critérios, eles não são cadastrados no Sispecto³ e não podem receber a bolsa de estudos.

De modo geral, os critérios definidos são os seguintes:

- a) Para professores alfabetizadores: estar cadastrado no Censo Escolar do ano anterior⁴ no momento da constituição da turma de professores alfabetizadores; estar no exercício da função docente em turmas do 1º, 2º, 3º anos do ensino fundamental e/ou nas classes multisseriadas ou multietapa que possuem alunos desses anos.
- b) Para orientadores de estudo: ser professor efetivo da rede pública de ensino que promove a seleção; ter sido tutor do Programa Pró-Letramento ou ter participado do Pacto nos anos anteriores; ter disponibilidade para dedicar-se ao curso e à multiplicação junto aos professores alfabetizadores (BRASIL, 2012a).

Quanto aos critérios quantitativos, no “Documento orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores em 2015” define-se que cada turma deverá ter 25 (vinte e cinco) professores alfabetizadores, podendo chegar a 34 (trinta e quatro) docentes, dependendo do total de professores alfabetizadores da rede; cada turma contará com um orientador de estudo. Observa-se que: “[...] os dados do último Censo Escolar[...] serão a referência para o cálculo da quantidade máxima de professores alfabetizadores e orientadores de estudo que poderão participar da Formação em 2015” (BRASIL, 2015a, p.5).

As raízes do Pacto não são recentes, advêm de uma longa trajetória de ações de âmbito nacional e internacional, que se inicia com a Conferência Mundial Educação para Todos, realizada pela Unesco em 1990, em Jomtiem, na Tailândia, com a assinatura do Brasil como país signatário da “Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem”. Mediante a constatação da educação como direito humano e da exclusão massiva de crianças e jovens a esse direito, bem como da baixa qualidade da oferta que propicia a condição de analfabetismo funcional a muitos dos escolarizados, os países signatários assinaram a declaração e um Plano de Ação com metas (UNESCO, 1990) para as próximas décadas. A preocupação desde os anos 1990, advinda dos resultados negativos das avaliações em larga escala, em âmbito internacional, não se reduz ao acesso à escola, mas, essencialmente, à oferta de educação que permita aos sujeitos escolarizados a atuação no meio social e a realização competente de suas funções no trabalho.

A Declaração acentua a educação enquanto direito humano e representa de forma legítima a aspiração de muitas camadas do meio social alijadas desse direito, mas é essencial não ignorar que a mobilização internacional se dá na esteira

3 Sispecto: módulo no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (Simec), desenvolvido pelo MEC para o acompanhamento e monitoramento das ações de formação, com acesso na internet, possibilitando maior agilidade e transparência aos processos de elaboração, análise e monitoramento das ações do PNAIC (BRASIL, 2015).

4 Há possibilidade de que o professor regente em efetivo exercício no 1º, 2º ou 3º ano ou em turmas multisseriadas ou multietapa que não estiver computado no Censo Escolar do ano anterior, participe do programa voluntariamente, sem direito a receber bolsa de estudo ou pesquisa (BRASIL, 2015b).

das avaliações externas que identificam as dificuldades do trabalhador contemporâneo em construir as ferramentas necessárias ao trabalho, dada a mudança nos processos produtivos contemporâneos. O analfabetismo funcional é um indicador de baixa produtividade individual e de baixa competitividade econômica entre empresas e nações. É essencial destacar que, na tessitura contraditória da sociedade capitalista, não é apenas o direito dos cidadãos que está em discussão.

Soares (2004), ao explicitar a origem do termo “letramento”, uma das bases teóricas que sustentam o Pacto e que implica na utilização competente do domínio do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) para a sua aplicação nas práticas sociais, esclarece que:

É curioso que tenha ocorrido em um mesmo momento histórico, em sociedades distanciadas tanto geograficamente quanto socioeconomicamente e culturalmente, a necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita. Assim, é em meados dos anos de 1980 que se dá, simultaneamente, a invenção do letramento no Brasil, do illetrisme, na França, da literacia, em Portugal, para nomear fenômenos distintos daquele denominado alfabetização, alphabétisation. [...] É ainda significativo que date aproximadamente da mesma época (final dos anos de 1970) a proposta da Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de ampliação do conceito de literate para functionally literate, e, portanto, a sugestão de que as avaliações internacionais sobre domínio de competências de leitura e de escrita fossem além do medir apenas a capacidade de saber ler e escrever (SOARES, 2004, p.5-6).

No caso brasileiro, as metas relativas à ampliação do acesso à educação básica foram incorporadas nos planos plurianuais de governo, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação (2001-2010). Nos anos 2000, o Movimento “Compromisso Todos pela Educação”, instituído em 2006 e coordenado por entidades não governamentais⁵, teve suas reivindicações transformadas em lei⁶, com metas definidas que embasaram a constituição do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente⁷. Entre as cinco metas propostas pelo Movimento, situa-se o escopo do PNAIC, ou seja, a plena alfabetização até os 8 anos (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2010, p.1).

No preâmbulo dos Cadernos de Formação, de 2015, em que Elaine Constant historia o contexto de criação e o desenvolvimento do PNAIC, os aspectos anteriormente mencionados são corroborados:

A proposta de implantação de programas de formação continuada de professores alfabetizadores nos moldes do que observamos no PNAIC, vem se delineando desde 2008, em um contexto de renovação curricular, em especial pela ampliação do Ensino Fundamental para nove anos. Esse processo foi acompanhado da necessidade de institucionalização do Ciclo de Alfabetização e atualmente está na meta cinco do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê que todas as crianças do Brasil estejam plenamente alfabetizadas até o final do terceiro ano do ensino fundamental (BRASIL, 2014a). Para ampliarmos a compreensão de como tais propostas são encaminhadas, torna-se fundamental, apresentar um histórico, ainda que breve, das propostas que antecederam o PNAIC. A partir da elaboração de diferentes avaliações de larga escala sobre o nível de alfabetização no Brasil, novos conceitos foram criados e, considerando os resultados insatisfatórios de tais ações, amplia-se a preocupação com a alfabetização no cenário brasileiro, bem como a proposição de políticas públicas com vistas a alterá-lo. Um dos conceitos importantes nesse sentido é o de analfabetismo funcional. [...]. Indicadores insatisfatórios de alfabetismo funcional favoreceram o aparecimento de medidas que incidiram diretamente sobre as práticas pedagógicas, em especial, dos professores alfabetizadores, tornando-os o centro do debate pedagógico. Para isso, as temáticas sobre alfabetização e letramento ganharam relevância e ainda mobilizam reflexões acerca de processos de formação continuada para professores dos sistemas públicos de ensino, bem como a apropriação do conhecimento escolar pelas crianças (BRASIL, 2015b, p.12-13).

Embora ausente dos documentos oficiais, vale destacar a influência inegável do Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC, iniciado em 2001, no município de Sobral, Ceará, para a estruturação do PNAIC. Santos (2015), ao analisar o contexto político da nacionalização do Pacto, esclarece, por meio de depoimento de Sofia Lercher Vieira, ex-secretária de Educação do Ceará, que as bases do PNAIC foram estruturadas de acordo com um programa local, uma situação incomum na implantação de políticas educacionais no país.

O PNAIC é visto, neste artigo, em uma perspectiva contraditória, ou seja, como uma ação importante na direção do alcance de um direito fundamental do cidadão brasileiro e preceito constitucional, que é a garantia de acesso à educação com qualidade, e também como interesse do capital nacional e internacional, que busca trabalhadores eficazes, flexíveis e adaptáveis.

O direito à educação, embora não efetivado plenamente, tem sido um dos aspectos sempre corroborados nas Constituições Federais brasileiras.

Na Constituição Federal em vigor, a cobertura dada pelo Estado é indicada em termos de faixa de idade, dos 4 aos 17

5 Fundado em 2006, o Todos Pela Educação (TPE) um movimento da sociedade brasileira, reúne as fundações e associações das maiores empresas do país, tem como missão contribuir para que, até 2022, o País assegure a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade. São mantenedores do TPE: D’Paschoal, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Vivo Fundação Telefônica, GERDAU, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Santander, Suzano, Fundação Lemann, Instituto Península, Fundação Vale, Instituto Natura e Instituto Samuel Klein. São parceiros: BID, Instituto Airton Senna, Rede Globo, Fundação Santillana, Editora Moderna, Editora Saraiva, Fundação Victor Civita, Mckinsey & Company, Canal Futura, entre outros.

6 Por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e participação das famílias e comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007).

7 O Plano Nacional da Educação em vigor, foi instituído por meio da Lei nº 13.005/2014, com vigência até 2024.

anos, e ampliada com a garantia de acesso à educação infantil, inserida por meio da Emenda Constitucional nº 53/2006. Ou seja, a garantia se estende de zero a 17 anos, observando-se que a oferta de vagas na educação infantil é uma obrigação do Estado, mas a matrícula de zero a três anos – compatível com a idade em creches – é uma opção dos pais, enquanto direito público subjetivo, já que a obrigatoriedade da família em matricular seus filhos, após a publicação da Lei nº 12.796/2013, que altera o artigo 6º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, inicia-se a partir dos 4 anos de idade (BRASIL, 1988).

Mormente a ampliação da obrigatoriedade da oferta educacional pública, o que se tem visto nas escolas públicas nas últimas décadas é um grande número de crianças que concluem a educação básica sem o pleno domínio dos rudimentos da leitura, da escrita e do cálculo, bem como enfrentam ao longo do processo escolar a defasagem idade/série. As análises dos dados agregados do Censo da Educação Básica vêm indicando que: “Historicamente, o sistema educacional brasileiro foi pouco eficiente em sua capacidade de produzir aprovados e, conseqüentemente, concluintes na idade correta. [...]” (INEP, 2003, p.10). Os dados do Censo da Educação Básica acentuavam, em 2011, a grande defasagem idade/série/nível/etapa educacional:

Segundo o Censo da Educação Básica de 2011, no ensino fundamental as escolas municipais apresentam a maior taxa de defasagem idade/série/nível/etapa educacional (26,5%), seguidas das escolas estaduais (24,2%), das federais (12,9%) e das privadas, que possuem uma defasagem de 5,2%. A taxa média brasileira foi de 22,9%. Portanto, dos 30.358.640 estudantes matriculados no ensino fundamental, 6.952.129 encontram-se fora da faixa de idade adequada para frequentar essa etapa educacional, que é a de 06 a 14 anos. Como o Brasil possuía 29.204.148 pessoas nessa faixa etária em 2010, havia, ainda, uma defasagem de 5.797.637 estudantes no ensino fundamental, com idade entre 06 e 14 anos (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2013, p.5)

Para diminuir a evasão e a repetência dessas crianças e evitar a distorção idade/série, tornou-se consenso, nos anos 2000, a necessidade de criar condições para que as mesmas possam ter acesso à escola com uma educação voltada para atender às suas necessidades e às lacunas de entrada no sistema escolar, o que passa, necessariamente, pelo investimento em processos de formação inicial e continuada de docentes.

Vale ressaltar que muitos programas já foram desenvolvidos nesse sentido, mas após o impulso dado pelo movimento “Todos pela Educação” as intencionalidades, gradativamente definidas em metas, bandeiras e atitudes, foram concretizadas pela legislação brasileira e ganharam configuração de “esforço nacional” conjunto entre os setores público e privado.

O Pacto é um desses programas, mas possui diferenciais bastante importantes e positivos: a participação de universidades nas diferentes etapas de planejamento, execução e avaliação do programa e o acompanhamento da aplicação das propostas de formação continuada nas salas de aula do 1º ao 3º ano dos anos iniciais do ensino fundamental.

Em face ao exposto, neste estudo, buscou-se responder à seguinte questão: Qual a importância do processo de formação continuada, oferecido no PNAIC pela Secretaria de Educação aos professores da rede municipal de Bataguassu, MS, para a melhoria da prática docente?

O objetivo geral do estudo foi analisar como as ações do PNAIC influenciaram o trabalho dos docentes da rede municipal de ensino, em Bataguassu, MS, mediante a formação continuada proposta pelo programa. Os objetivos específicos abrangeram: a) verificar a aceitação da formação continuada do PNAIC por parte dos docentes; b) identificar a percepção dos professores da rede municipal de ensino sobre as contribuições do PNAIC para a melhoria da sua prática docente; c) analisar relações entre a implantação do PNAIC e o desempenho dos estudantes da rede municipal de ensino em Bataguassu, MS.

Este artigo está estruturado em três partes. Na primeira, é feita a descrição da metodologia da pesquisa. Na segunda parte consta a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa e das análises deles decorrentes, seguidos das considerações finais.

2 Material e Métodos

A pesquisa realizada configura-se como um estudo de caso (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p.224-225), pois foi analisada a situação particular de implantação de uma política nacional, no âmbito de uma rede de ensino e de um município. O corte do estudo é relativo às ações de 2014, pois no momento em que foi realizada a coleta ainda não haviam iniciado as ações do PNAIC no primeiro semestre de 2015, dados os cortes orçamentários da União⁸.

A pesquisa foi desenvolvida em três fases: (a) fase bibliográfica e documental, em que foi realizado levantamento da legislação relativa ao PNAIC⁹ e levantamento de teses e dissertações sobre o tema, na base de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – *Capes* e na base SciELO; (b) fase da coleta em campo, que abrangeu a elaboração de instrumentos de coleta, sendo um questionário com perguntas abertas e fechadas para professores, um roteiro de entrevista com a coordenação local do PNAIC e um roteiro de entrevista com os diretores das escolas¹⁰; Foi elaborado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e, após autorização da Direção das escolas, foram realizadas as

8 As atividades deveriam ter sido retomadas no segundo semestre de 2015, no mês de agosto, mas por falta de recursos do município, a coordenação local não participou da formação inicial, desenvolvida pela UFMS, gerando uma descontinuidade nas ações do programa.

9 Consulta no site do Palácio do Planalto (www.planalto.gov.br) do MEC (www.mec.gov.br).

10 Em razão da baixa adesão dos Diretores, optou-se em não expor os resultados obtidos.

entrevistas e aplicados os questionários no período de abril a maio de 2015; (c) fase de tratamento e análise dos resultados da coleta, que requereu a tabulação, análise de resultados e elaboração do artigo final.

Os resultados obtidos na fase bibliográfica dão conta da originalidade do estudo proposto, dada a ausência de publicações sobre o PNAIC em Bataguassu e em MS, nas bases pesquisadas, como também a incipiência de estudos acerca do Pacto, algo já esperado, em razão do pouco tempo de execução do programa. Nas teses e dissertações¹¹, as temáticas tratadas abrangeram: a análise das concepções propostas nos Cadernos de Formação do PNAIC (SOUZA, 2014; SANTOS, 2015; RESENDE, 2015); estudos de caso sobre a implantação e funcionamento do programa (SOARES, 2014; SALOMÃO, 2014; TEDESCO, 2015; DOLZANE, 2015; SANTOS, 2015), havendo confluência com a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação em dois estudos (TEDESCO, 2015; DOLZANE, 2015) e no âmbito dos periódicos, observou-se um relato de experiência, também retratando uma realidade particular no estado do Rio de Janeiro (AMARAL, 2015).

Seguem informações sobre o Pacto no município de Bataguassu.

3 Resultados e Discussão

O município de Bataguassu localiza-se no estado de Mato Grosso do Sul (MS), na divisa com o estado de São Paulo, sua área territorial é de 2.415,297 km². A população do município é de 19.839 habitantes, segundo o Censo de 2010, sendo a população estimada para 2015 de 21.775 habitantes. A principal atividade econômica do município é a pecuária, seguida do setor industrial e comércio local (IBGE, 2015).

No estado de Mato Grosso do Sul, em 2013, dos 79 municípios (IBGE, 2015), 78 (99%) aderiram às ações do PNAIC na tentativa de adequar a proposta do MEC às suas condições concretas, visando combater e sanar as dificuldades presentes na prática pedagógica dos professores dos primeiros anos do ensino fundamental. Apenas Paraíso das Águas ficou de fora porque ainda não era considerado município quando os demais concluíram a adesão ao PNAIC, em dezembro de 2012. A partir de 2014, todos os municípios aderiram ao PNAIC com a inclusão de Paraíso das Águas¹². A Coordenação Geral do PNAIC em MS é realizada por professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul¹³, com apoio dos supervisores¹⁴, que organizam as formações para coordenadores locais, professores alfabetizadores e

orientadores, vinculados ao Pacto (INFORMATIVO..., 2014). Em 2013 e 2014, as formações ocorreram da seguinte forma:

No ano de 2013 seu desenvolvimento deu-se por meio da realização de cinco formações, com ênfase na Alfabetização e Letramento, sob a coordenação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, envolvendo a Secretaria de Estado de Educação e setenta e oito Secretarias Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, articuladas para a realização do processo formativo dos/as professores/as alfabetizadores/as atuantes nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Realizamos ao final do processo o Seminário Final (16h) – Práticas, registros e memórias: a formação de Orientadores/as de Estudo do PNAIC/UFMS/MEC, naquele momento tivemos a apresentação oral de 106 trabalhos e 16 painéis.

No ano de 2014 a ênfase do curso é na Educação Matemática e também a continuidade das discussões iniciadas em 2013 com a cultura oral e escrita, com a formação do/a leitor/a e produtor/a de texto no processo de alfabetização e letramento, tendo um aumento na carga horária nas formações realizadas pelas Instituições de Ensino Superior. No Estado de Mato Grosso do Sul, sob a coordenação geral da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul as formações, o acompanhamento e a avaliação do processo em 2014 aconteceram no mesmo formato do ano de 2013: cinco formações e um seminário final, acrescidos 8h/a em cada momento (INFORMATIVO PNAIC/MEC/UFMS, 2014, p.1)

O município de Bataguassu aderiu ao PNAIC em 2013. As atividades foram iniciadas em março de 2013, após nomeação do coordenador local. No período de 4/3 a 8/3/2013, a UFMS promoveu a formação aos orientadores do programa. Em 18/3/2013, foi realizado o seminário de abertura do PNAIC no município e, em 27/3/2013, ocorreu a aula inaugural do programa (Informação verbal)¹⁵.

O PNAIC está sendo desenvolvido nas três escolas da rede municipal de ensino de Bataguassu (100%), sendo duas na área urbana e uma na área rural.

O coordenador local do PNAIC em Bataguassu está atuando nessa função desde o início de 2013, sendo nomeado para esse cargo pela Secretaria da Educação do município de Bataguassu em razão de sua experiência como docente e coordenador dos docentes do ensino fundamental.

Segundo o coordenador, no final do ano de 2012, o município já tinha ciência do programa e decidiu aderir a ele por causa das dificuldades dos professores em alfabetizar as crianças até 8 anos de idade. Muitos alunos chegavam ao 4º e 5º anos sem estar alfabetizados, o que gerava outro problema, pois os professores responsabilizavam os professores dos anos iniciais pelas lacunas na formação anterior. Salienta que, com a implantação do PNAIC, todos esperam que esse

11 Foram identificadas teses e dissertações baseadas nos indexadores “PNAIC” ou “Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa”, na BDTD, sendo localizados oito estudos, dos quais apenas seis abordavam diretamente o Pacto. A base de teses e dissertações da Capes não apresentou resultados para esses indexadores e a busca na scielo.br, permitiu a identificação de um artigo.

12 Informação obtida mediante contato com a Coordenação Geral do PNAIC/MEC/UFMS.

13 Prof^a. Dr^a. Regina Aparecida Marques de Souza, Prof^a. Dr^a. Ordália Alves de Almeida, Prof^a. Dr^a. Ana Lucia Espindola e Prof. Dr. Luiz Carlos Pais.

14 Amanda Czernisz Barbosa, Ana Constância de J. P. Nantes Padilha, Felipe Vieira Gimenez, Fernanda Elisbão Silva de Souza, Janaína Montagner,

Joyce Almeida de Sena, Leusa de Melo Secchi, Sara Santana Armoa da Silva, Vania Gois de Souza e Wilcelene Pessoa dos Anjos Dourado Machado.

15 Dados obtidos durante a entrevista com o coordenador local do PNAIC do município de Bataguassu, em 2015.

quadro mude, melhorando o desempenho dos alunos no ciclo de alfabetização.

O coordenador local do PNAIC participa dos encontros de capacitação de coordenadores estaduais e municipais que acontecem em Campo Grande, sob responsabilidade de docentes da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS e de todos os encontros de formação com os professores como cursista convidado participante, o que reforça seu compromisso com o programa, pois é ele quem prepara o ambiente e o material necessário, monitora a folha de frequência dos bolsistas e participantes, organiza a pauta de formação do dia com a orientadora local e, quando necessário, a substitui. Também acompanha o trabalho dos professores em casa e na sala de aula e faz os relatórios de atividades mensais.

O município de Bataguassu, em cumprimento aos critérios indicados pelo Pacto, foi contemplado com 28 bolsas em razão do número de docentes cadastrados nos anos iniciais do ensino fundamental atuantes nas turmas de 1º, 2º e 3º anos, observados os dados do Censo da Educação Básica, de 2012. Os demais participaram como ouvintes e receberam certificados.

O material do PNAIC é considerado pelo coordenador local como excelente, pois, em sua visão, consolida e complementa o trabalho dos professores que recebem kits contendo referencial teórico, orientações metodológicas, livros de literatura e jogos de matemática e alfabetização para desenvolverem seu trabalho e, assim, atingirem o objetivo principal do programa que é alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade.

Na percepção do coordenador, a maioria dos docentes está satisfeita com as ações desenvolvidas pelo PNAIC, pois estão mais seguros de sua prática pedagógica. Entretanto, há alguns profissionais da escola que não abraçam a causa, desconhecem a importância do Pacto e, por isso, não têm o devido compromisso com as ações dele. Apesar de todas as vantagens que o programa proporciona, ainda manifestam certa resistência em mudar sua prática pedagógica e isso acaba dificultando o trabalho do coordenador, pois ele não consegue fazer com que esses docentes realizem as tarefas e desenvolvam um bom trabalho como os outros. Salienta que aqueles que abraçam a causa já estão vendo o resultado positivo de seu trabalho.

Ele destaca como pontos positivos da implantação do Pacto: mudança na prática de alfabetização, conhecimento científico consolidado pelos professores alfabetizadores, competência e qualificação profissional na alfabetização e melhores resultados na maioria das salas de alfabetização. Como pontos negativos, enumera: pagamento limitado de bolsas, pois elas deveriam ser para todos os professores alfabetizadores, e a resistência de alguns alfabetizadores em mudar sua prática pedagógica.

Quanto às expectativas para o desenvolvimento do PNAIC em 2015, manifesta preocupação com a ruptura na gestão

nacional do programa e o corte de recursos, mas deseja que ele continue e que, quanto às avaliações dos pontos negativos, estas sirvam para estabelecer melhorias nos anos seguintes.

A perspectiva momentânea, porém, não é positiva, pois a Secretaria de Educação do município de Bataguassu encaminhou ao coordenador do programa um ofício justificando que o município não retomará as atividades em 2015, em razão da demora em iniciar as atividades e também porque o MEC não mandou o material necessário, pedindo à prefeitura que tirasse cópias dos cadernos dos professores, o que acarretaria grandes gastos, incluindo, ainda, os recursos para o deslocamento da orientadora de estudos em suas capacitações em Campo Grande, e a prefeitura não está em condições de dispender tais despesas.

Esse é um fator importante a ser discutido, pois a descontinuidade de muitos programas se dá em razão da sobrecarga de atribuições e de gastos aos municípios, sem o devido suporte da União para a manutenção e consolidação das políticas educacionais.

Serão expostos e analisados, a seguir, os resultados dos questionários que foram aplicados aos professores participantes do PNAIC.

O questionário foi distribuído contando-se com a adesão das professoras e mediante a assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

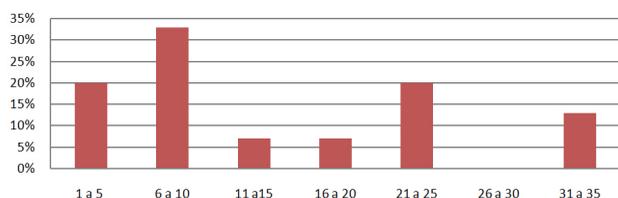
Em Bataguassu, na rede municipal de ensino, participam do PNAIC 28 professores bolsistas e 10 professores participantes ouvintes, que não recebem bolsas. Os 28 professores bolsistas representam 70% do total de docentes (40 docentes) que estão atuando no 1º, 2º e 3º anos, dos anos iniciais do ensino fundamental, da referida rede.

Mesmo após várias tentativas e solicitações de retorno, a devolutiva ocorreu por parte de 15 professoras, todas bolsistas, o que corresponde a 53,6% do total de participantes bolsistas do PNAIC; 39,5% dos participantes do PNAIC, incluídos não bolsistas e 37,5% do total de professores que atuam na rede municipal de ensino, enquanto docentes do 1º ao 3º ano do ensino fundamental. As 15 bolsistas compõem a amostra para esta investigação.

As respondentes (100%) possuem nível superior, sendo que 7% têm formação em História, 13% têm o Normal Superior, 33% Pedagogia e 47% não especificaram o curso de graduação. Com relação à Pós-Graduação, 87% das professoras cursaram a Pós-Graduação *Lato Sensu*, sendo que 27% das professoras são especialistas em Psicopedagogia, 20% não citaram a especialização, 13% estão cursando, 7% pós em Literatura, 7% Alfabetização, 7% Metodologia do Ensino e 7% Avaliação da Aprendizagem.

São professoras mais experientes, com predomínio da faixa de 31 a 40 anos, sendo que outros 47% situam-se nas faixas superiores a 41 anos e apenas 6% estão na faixa mais jovem, de 19 a 25 anos. A maioria possui seis ou mais anos de tempo de experiência docente (Gráfico 1).

Gráfico 1: Tempo de atuação docente dos professores respondentes



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto à carga horária semanal de atividades na escola, 73% das respondentes possuem carga horária de 40 horas e 27% de 20 horas. Em relação a realizar outras atividades além da docência, 100% responderam que não têm nenhuma outra atividade.

Quando questionadas se escolheram dar aulas para crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, 87% das respondentes disseram que sim. Algumas justificaram essa escolha por se identificar mais com crianças menores; por achar a tarefa de alfabetizar desafiadora; por ver nessa etapa maior interesse e aprendizagem das crianças, já que crianças menores têm mais respeito e disciplina; ou simplesmente pelo prazer de ver uma criança descobrindo o mundo da leitura e da escrita. Apenas 13% não escolheram trabalhar com crianças dos anos iniciais, pois foram contratadas pela instituição para atuar no ensino fundamental.

Quanto à motivação do município para aderir ao PNAIC, 75% das respondentes disseram acreditar que seja para melhorar a qualidade da educação, garantir que todas as crianças sejam alfabetizadas até os 8 anos de idade, mudar a “metodologia de ensino”, favorecendo à criança uma aprendizagem por meio da ludicidade. Destacam, ainda, o incentivo do governo e a promessa de garantia de sala de aula no ano seguinte para os participantes do programa. As demais (27%) não souberam responder.

A ideia de que a “mudança” é apenas na “metodologia de ensino” e não na percepção do professor alfabetizador acerca dos processos de construção do conhecimento lógico-matemático, do Sistema de Escrita Alfabética - SEA e das linguagens, revela a apreensão periférica dos conteúdos trabalhados durante a formação. O conjunto de Cadernos de Formação aborda, de maneira muito acessível e didática, aspectos importantes para a compreensão da função social da escola, da natureza e complexidade dos processos de construção de conhecimentos que são tratados do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, ou seja, aspectos muito além dos procedimentos e da metodologia de ensino.

Na visão das professoras, o material utilizado no PNAIC, tanto pelos alunos quanto pelos professores, é de alta qualidade, traz ótimas sugestões de atividades, muitos jogos, linguagem de fácil entendimento e conteúdo adequado à faixa etária das crianças, sendo que 53% das professoras avaliaram o material como bom ou muito bom, 27% acham o material excelente e 20% o consideram ótimo.

Observa-se, porém, que nas respostas não são destacados

os pressupostos teóricos presentes nos Cadernos de Formação, mas as atividades e os jogos. Esse é um dos grandes problemas da formação continuada, pois o interesse de uma parcela dos professores recai sobre os aspectos práticos, secundarizando ou ignorando a sua base teórica e a necessária articulação entre teoria e prática, algo que não se coaduna com os pressupostos do Pacto:

Dentro dessa visão, a alfabetização é, sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor alfabetizador tem a função de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Para exercer sua função de forma plena é preciso ter clareza do que ensina e como ensina. Para isso, não basta ser um reproduzidor de métodos que objetivem apenas o domínio de um código linguístico. É preciso ter clareza sobre qual concepção de alfabetização está subjacente à sua prática (BRASIL, 2012b, p.1).

No que diz respeito às estratégias utilizadas nas capacitações, 60% das respondentes afirmam são dinâmicas, de fácil entendimento, trazem novas propostas metodológicas, há muito diálogo e troca de experiências. Apenas 27% avaliaram as estratégias como boas, 7% avaliaram como excelentes e 6% como péssimas. A professora que considerou as estratégias péssimas justificou que privilegiam o lúdico e ela acredita que uma proposta voltada mais para o lúdico do que para outras atividades não é suficiente para alfabetizar, pois é preciso mesclar os diferentes métodos de ensino para que se possa obter bons resultados no processo de alfabetização.

Essa fala, embora represente apenas 6% dos professores, e se refira às estratégias usadas na formação, é importante, pois aponta para uma desarticulação entre as bases epistemológicas propostas nas formações e a escolha de métodos de ensino. Observa-se que a professora não percebeu que as estratégias metodológicas decorrem das escolhas sobre as teorias de aprendizagem e de ensino, e que não podem ser simplesmente uma mescla de métodos. Ao rejeitar o lúdico, identificando-o como uma oposição aos conteúdos, demonstra igualmente que não entendeu que deva ser tratado como mediador da construção de conhecimentos. Ou seja, mantém-se a concepção prévia de que o espaço para o lúdico deve se limitar à Educação Infantil e não pode acontecer no processo posterior de escolarização, já que o jogo é passatempo e diversão, e não ensino.

Souza (2014, p.236-237), ao analisar a percepção de lúdico presente nos Cadernos de Formação do PNAIC, salienta que:

[...] entendemos que o essencial não é a brincadeira ser considerada no planejamento como um instrumento pedagógico para “facilitar a aprendizagem”. É necessário compreendê-la como atividade constituidora da criança para planejar e criar as condições para a aprendizagem e, mais, é importante que o professor preocupe-se por que e como a vivência daquela brincadeira corresponde à zona de desenvolvimento iminente da criança e por que e como a brincadeira será importante para a criança e para a apropriação de determinado conhecimento, pois, conforme Vygotsky, mais importante do que a situação (brincadeira) em si mesma é o modo como a criança vive essa situação (brincadeira).

Quanto aos equipamentos e local em que são realizadas as capacitações, 40% das professoras os consideram bons e

adequados para os fins a que se destinam. Já em relação ao horário, 73% consideram-no regular, pois no período noturno todas já estão muito cansadas depois de um longo dia de trabalho e a pauta, às vezes, é longa e cansativa, mas mesmo assim, acreditam que há um bom aproveitamento. Apenas 27% estão satisfeitas com o horário.

Ao avaliarem os profissionais que desenvolvem as capacitações, 53% das professoras os consideram bem preparados para tal função, pois são dedicados, competentes, com domínio sobre os assuntos abordados, demonstram responsabilidade e compromisso com as capacitações; 33% os consideram ótimos profissionais e 13% disseram que eles são bons.

Em relação à satisfação das professoras com as ações desenvolvidas pelo PNAIC, 94% estão satisfeitas com as ações, pois são prazerosas para as crianças, favorecendo a aprendizagem delas. Somente 6% das respondentes não estão satisfeitas, pois as ações privilegiam os jogos e as brincadeiras no processo de alfabetização.

Quanto às principais dificuldades em relação às ações do PNAIC, 27% das respondentes argumentaram que as salas de aula com muitos alunos atrapalham a realização dos jogos; 13% disseram não ter nenhum tipo de dificuldades; 13% não estão satisfeitas com a carga horária destinada à realização das atividades, pois são muitas para pouco tempo. Apenas 6% criticam o trabalho com o lúdico, argumentando que há outras formas de desenvolver a aprendizagem e que o uso somente de jogos deixa o trabalho fragmentado. Também foram citados outros aspectos pelo restante dos professores (41%): a insuficiência do material, a necessidade de inclusão da família

no processo de aprendizagem, pouco tempo para a realização das tarefas de casa, bem como para confecção do material, restrição quanto ao número de professores participantes do programa e a necessidade de adequar as atividades do curso à realidade das salas de aula de Bataguassu.

Entre as respondentes, 93% consideram que as ações do PNAIC influenciaram de forma positiva na qualidade das ações desenvolvidas na sala de aula, pois oferecem aos alunos novas propostas de aprendizagem por meio dos jogos e das brincadeiras, favorecendo um ambiente mais dinâmico e alfabetizador, possibilitando uma alfabetização concreta e prazerosa para as crianças. Somente 7% consideram as ações inadequadas, argumentando que ao realizar a Prova Brasil as crianças terão dificuldades de compreensão das questões propostas, pois não terão o auxílio do material concreto para que possam raciocinar.

Quanto às mudanças na aprendizagem dos alunos após as ações do PNAIC, 93% das respondentes concordam que houve melhoras no processo de aprendizagem, tanto em Matemática quanto em Português, pois as crianças aprendem de forma dinâmica e brincando. Até mesmo as crianças com maior dificuldade de aprendizagem têm demonstrado interesse pelas atividades, que são realizadas com sucesso. Somente 6% afirmam que as ações deixam a desejar em razão do intenso trabalho com o material concreto, pois as crianças não são capazes de associar o que fazem no concreto com as atividades propostas no caderno.

No Quadro 1 estão expostos os pontos positivos e negativos do PNAIC na visão das professoras respondentes.

Quadro 1: Pontos positivos e negativos do PNAIC, segundo as professoras alfabetizadoras, participantes da pesquisa

Pontos positivos do PNAIC	%	Pontos negativos do PNAIC	%
O material é ótimo.	27%	O atraso no pagamento da bolsa.	20%
O curso é dinâmico.	13%	O horário que se tornava cansativo.	40%
Favorece a troca de experiências, trabalho em grupo e reflexões.	13%	A distância, pois algumas professoras moram longe da cidade onde aconteciam os encontros.	13%
As ações do PNAIC favorecem a aprendizagem.	27%	Demora em iniciar o curso.	7%
O incentivo (bolsa).	13%	Salas de aula lotadas.	7%
Metodologia de fácil entendimento.	33%	—	

Nota: Os percentuais não correspondem ao número de respondentes, mas ao total de respostas dadas por eles.

Fonte: Dados da pesquisa.

Novamente as respostas reforçam os aspectos da melhoria da aprendizagem por meio da motivação desencadeada por meio do lúdico. Não indicam, por exemplo, que houve uma ampliação acerca da sua compreensão – enquanto alfabetizador(a) – sobre os processos cognitivos, afetivos e psicomotores que desencadeiam as aprendizagens.

O impacto dos aspectos negativos apontados pelas professoras é a rotatividade de participantes do PNAIC, pois algumas das docentes que fizeram a capacitação nos anos anteriores não quiseram permanecer no programa,

alegando que ele exige muito delas, o que aponta para uma das fragilidades do PNAIC, pois a capacitação não está compreendida no horário de trabalho, requerendo mais um turno de atividades dos professores.

Alguns desses fatores também são mencionados por Amaral (2015, p.130):

A falta de informações e o atraso no recebimento de materiais didáticos gerou desconforto entre formadores, orientadores e professores, que muitas vezes iniciaram a formação sem os cadernos de estudo. Buscando minimizar a falta de material, muitas secretarias municipais de educação providenciaram

cópias aos cursistas. [...].

A falta de tempo se mostrou um fator importante no desenvolvimento do trabalho de formação, pois os orientadores reclamaram não dispor de tempo para acompanhamento das atividades em classe, uma vez que trabalhavam em outras escolas. Em alguns municípios as formações entre orientadores e professores aconteciam após o horário do trabalho ou em finais de semana, dada a impossibilidade de que o professor ficasse ausente de sua sala de aula por toda a semana, já que não haviam substitutos. O cansaço de muitos professores pelas jornadas múltiplas de atividades comprometia o rendimento dos trabalhos em seu processo de formação continuada.

No que diz respeito às expectativas para o desenvolvimento do PNAIC em 2015, todas (100%) demonstram certa ansiedade em razão do atraso no início das atividades do programa, mas pretendem continuar com os estudos no segundo semestre para poderem vivenciar novas situações de aprendizagem e colocá-las em prática com os alunos. Algumas esperam que as bolsas sejam pagas nas datas corretas e apenas 7% dizem acreditar que será o mesmo curso maçante dos anos anteriores, privilegiando apenas os jogos.

Os dados coletados salientam a percepção positiva dos profissionais envolvidos no desenvolvimento do PNAIC no município de Bataguassu, o que é corroborado por Tedesco (2015), Santos (2015) e Amaral (2015), quando analisam o desenvolvimento do PNAIC em outros municípios.

Tedesco (2015, p.6), nas conclusões de seu estudo, considera que:

[...] os resultados demonstraram-se positivos e satisfatórios na opinião dos professores que efetivamente fizeram parte das formações dos Programas Um Computador por aluno – PROUCA e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, considerando os tais programas como instrumentos que auxiliam no desenvolvimento de competências e potencialidades para qualificar o fazer pedagógico no ciclo de alfabetização de alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Santos (2015) salienta a importância do desenvolvimento de programas dessa natureza para os professores e estudantes, mas destaca muitas incoerências no âmbito de sua execução.

Amaral (2015) aponta várias fragilidades no desenvolvimento do Pacto, ressaltando que, mesmo com

adversidades, houve boa receptividade dos cursistas, dado o trabalho coletivo realizado pelos formadores selecionados pelas IES, professores orientadores e professores alfabetizadores.

Em um balanço global, observa-se que as respostas dadas pelas professoras alfabetizadoras em Bataguassu são evasivas quanto às ações desenvolvidas e seus resultados, e não indicam a apropriação completa das cursistas acerca dos fundamentos trabalhados.

A dimensão dada ao lúdico, por exemplo, precisa ser problematizada, pois o programa não está assentado apenas no desenvolvimento das atividades lúdicas, já que os processos de formação buscam uma compreensão mais ampla do professor alfabetizador sobre o processo de construção de conhecimentos dos educandos, em uma perspectiva de alfabetização e letramento, embasada na análise das hipóteses de construção do Sistema de Escrita Alfabético (SEA), conforme a psicogênese da Língua Escrita proposta por Ferreiro e Teberosky.

Além da percepção dos envolvidos, seguem os resultados das avaliações externas e da média de rendimento escolar, abordados neste artigo, por serem elementos estruturadores do Pacto, mas vistos com restrições, na medida em que não apreendem a complexidade do real e não podem ser tomados como finalidades da ação educativa, mas apenas subsídios a ela.

No âmbito da análise de desempenho dos estudantes, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB seria um indicador importante, mas não possibilita a análise do resultado do PNAIC, pois ainda não foi divulgado o resultado de 2014 e o programa teve início em 2013¹⁶. Vale destacar, porém, que os resultados obtidos até 2013 não são positivos e reforçam a importância da participação do município no PNAIC.

No Quadro 2 são apresentados os resultados do IDEB nos anos de 2005, 2007, 2009, 2011 e 2013 para o Brasil, o estado de Mato Grosso do Sul - MS e o município de Bataguassu, relativos à 4ª série/5º ano dos anos iniciais do ensino fundamental.

Quadro 2: Comparativo de resultados do Ideb, nos âmbitos nacional, das redes municipais, do estado de MS, do município de Bataguassu e de sua rede municipal, no período de 2005 a 2013 e metas projetadas

Âmbito	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	-	-	-	6.0
Rede Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5				5.7
Estado de MS	3.6	4.3	4.6	5.1	5.2	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8
Bataguassu	3.5	3.9	4.4	4.9	4.8	3.6	3.9	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	5.8
Rede Municipal de Bataguassu	3.7	3.9	4.7	5.1	4.6	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7	5.9

Fonte: Dados da pesquisa.

¹⁶Como as avaliações que compõem o Ideb são aplicadas para estudantes do 4º ano, só haverá condições concretas de avaliação das contribuições do PNAIC para um ciclo completo de 1º ao 3º ano em 2016, observando-se que os resultados dessa data-base serão divulgados em 2017.

Os dados do Quadro 2 apontam que os resultados das escolas de Bataguassu são inferiores à média nacional, com exceção do desempenho da rede municipal, nos anos de 2009

e 2011, com queda do desempenho em 2013. No Quadro 3, estão particularizados os resultados das escolas da rede municipal de ensino de Bataguassu.

Quadro 3: Resultados do Ideb, das escolas da rede municipal de Bataguassu, MS, de 2005 a 2013

Escola	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EMC Prof. ^a . Maria da Conceição – Polo e Extensões			3.5	4.0	***			3.8	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3
EM Mal. Rondon – Polo e Extensões	3.9	4.1	4.7	5.2	4.6	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1
EM Prof. Pedro Domingues de Figueiredo	3.8	3.5	4.8	4.4	3.9	3.9	4.2	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8	6.0

***Sem média na Prova Brasil 2013: Não participou ou não atendeu aos requisitos necessários para ter o desempenho calculado.

Fonte: Inep (2015).

Os dados do Quadro 3 indicam que há diferença de desempenho entre as três escolas, com destaque positivo para a Escola Municipal Marechal Rondon, mas há queda de desempenho de todas as escolas em 2013 e no desempenho geral das escolas do município, fato que não se confirma em âmbito estadual e nacional, visto que há melhoria gradativa dos resultados e não decréscimo.

A diretora da escola Marechal Rondon afirma que um dos possíveis motivos da queda do desempenho nas escolas do município, em 2013, seja atribuído ao grande número de repetentes e, para que o Ideb de uma escola ou rede cresça, é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula.

Em 22 de setembro de 2014, a Secretaria Municipal de Educação de Bataguassu aplicou um simulado nas turmas de 1º ano para verificar a hipótese de escrita em que os alunos se encontravam e foi observado que a minoria estava na hipótese pré-silábica, uma quantidade considerável já estava na hipótese silábica com valor sonoro e alguns na hipótese alfabética (FERREIRO; TEBEROSKY, 1986). De acordo com os técnicos da Secretaria, o resultado “foi bom”, mas poderia “ter sido melhor”.

No mês de maio foi aplicada a Provinha Brasil para as turmas do 2º ano do ensino fundamental, totalizando 11 salas de 2º ano. A coordenadora do ensino fundamental que fez a correção das avaliações afirma que houve um avanço considerável em português, pois os alunos melhoraram muito na leitura e na escrita. Já em matemática ainda precisam

melhorar para atingir os objetivos propostos pelo PNAIC.

Não foi possível o acesso aos resultados das avaliações, pois foram repassados para as escolas para que cada professor possa analisá-los e identificar o que pode ser melhorado. A coordenação da escola e o coordenador local do PNAIC ainda não fizeram um mapeamento geral dos resultados das avaliações, apenas um diagnóstico inicial, não disponível e não socializado à comunidade.

Além da Provinha Brasil, será aplicada, em meados do segundo semestre, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), cujos objetivos são: verificar o nível de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e alfabetização em Matemática das crianças matriculadas no 3º ano do ensino fundamental e as condições das instituições de ensino às quais estão vinculadas (BRASIL, 2013b).

Para obter os resultados de 2013 e 2014, que não estão disponíveis de livre acesso, recorreu-se às direções das escolas, que recebem um boletim¹⁷ do Ministério da Educação a ser trabalhado com os profissionais da escola e que deveria ser divulgado à comunidade.

Vale ressaltar que os resultados estão registrados, a seguir, como foram disponibilizados pelas direções das escolas, mantidas as incongruências, pois há incompletude de dados e problemas no arredondamento dos percentuais. Tais incongruências dificultam comparações entre escolas e anos de aplicação do exame (2013 e 2014), permitindo apenas a indicação de tendências. Dada a restrição de acesso, as escolas serão identificadas como Escola A, Escola B e Escola C.

¹⁷Os boletins são compostos por quatro partes: 1) Introdução, que apresenta características e dados de identificação da escola; 2) Indicadores contextuais, que descrevem o nível socioeconômico da população da escola; 3) Participação dos estudantes por prova, indicando a quantidade de estudantes previstos, a quantidade de presentes e os presentes válidos, ou seja, a quantidade daqueles que acertaram 3 ou mais questões por prova; 4) Resultados dos testes de aprendizagem, que apresentam os percentuais de estudantes em cada escala.

Na ANA é analisada a proficiência de estudantes em Leitura e Matemática, observadas as seguintes escalas qualitativo-quantitativas definidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, em quatro níveis de desempenho¹⁸.

Quadro 4: Níveis quantitativos de proficiência em Leitura, Escrita e Matemática

Nível	1	2	3	4
Proficiência em Leitura	Até 425 pontos	Maior que 425 até 525 pontos	Maior que 525 até 625 pontos	Maior que 625 pontos
Proficiência em Escrita	Até 400 pontos	Maior que 400 até 500 pontos	Maior que 500 até 580 pontos	Maior que 580 pontos
Proficiência em Matemática	Até 425 pontos	Maior que 425 até 525 Pontos	Desempenho maior que 525 até 575 Pontos	Desempenho maior que 575 pontos

Fonte: Brasil (2013).

A participação dos estudantes na ANA nas escolas municipais de Bataguassu em 2013 foi significativa, em média 85% (Quadro 5).

Quadro 5: Estudantes previstos e participantes da ANA, nas escolas municipais de Bataguassu, MS, 2013

Escolas	Leitura/Escrita		Matemática		%
	Estudantes Previstos	Estudantes Presentes	Estudantes Previstos	Estudantes Presentes	
A	149	133	149	133	89,3
B	32	29	32	29	90,6
C	25	19	25	19	76

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados do desempenho dos estudantes são indicados no Quadro 6.

Quadro 6: Proficiência em Leitura nas escolas municipais de Bataguassu, MS, 2013

Níveis/ Escolas	Proficiência em Leitura				Proficiência em Escrita				Proficiência em Matemática			
	Escola A	Escola B	Escola C	Média	Escola A	Escola B	Escola C	Média	Escola A	Escola B	Escola C	Média
1	23,5%	43,75%	20%	29%	20,51%	50%	0%	-	20,1%	15,38%	11,11%	15,5%
2	49,96%	31,25%	30%	37%	-	22,73%	16,67%	-	-	69,23%	66,67%	-
3	18,82%	25%	40%	28%	30,09%	13,64%	41,67%	28,5%	30,09%	15,38%	22,22%	22,6%
4	7,72%	0%	10%	6%	5,92%	9,09%	41,67%	22,2%	15,92%	0%	0%	5,3%

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar os quadros com os resultados do nível de desempenho dos alunos das escolas municipais de Bataguassu, em 2013, percebe-se que há defasagem no desempenho dos alunos, pois de acordo com os percentuais apresentados a maioria dos alunos está concentrada nos níveis 1 a 3, o que aponta para níveis iniciais de proficiência nos conhecimentos avaliados, considerados insuficientes pelo Ministério da Educação. Em 2013, entre os estudantes de Bataguassu, em média 6% atingiram o nível 4 no teste de Leitura; no teste de Escrita, 22,2% e no teste de Matemática, 5,3%.

A Escola do Campo Prof^ª. Maria da Conceição é a que apresenta os melhores resultados em Leitura e Escrita, com predomínio de estudantes nos níveis 3 e 4, o que não se repete na Matemática.

Nos Quadros 7 e 8 são apresentados a adesão e os resultados

do desempenho dos estudantes da rede municipal de ensino de Bataguassu, MS, na ANA de 2014, com exceção da Escola C, não disponibilizada pelo diretor dessa unidade escolar.

Quadro 7: Estudantes previstos e participantes da ANA, nas escolas municipais de Bataguassu, MS, 2014

Escolas	Leitura/Escrita		Matemática		%
	Estudantes Previstos	Estudantes Presentes	Estudantes Previstos	Estudantes Presentes	
A	160	142	160	142	88,7
B	29	25	29	25	86,2
C	-	-	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados do desempenho dos estudantes são indicados no Quadro 8.

Quadro 8: Proficiência em Leitura, Escrita e Matemática nas escolas municipais de Bataguassu, MS, 2014

Nível	Proficiência em Leitura			Proficiência em Escrita			Proficiência em Matemática		
	Escola A	Escola B	Escola C	Escola A	Escola B	Escola C	Escola A	Escola B	Escola C
1	14,89%	40,0%	-	7,09%	12,0%	-	23,18%	52,0%	-
2	44,68%	36,0%	-	26,24%	32,0%	-	41,06%	24,0%	-
3	33,33%	16,0%	-	7,09%	20,0%	-	23,84%	4,0%	-
4	7,09%	8,0%	-	58,16%	36,0%	-	11,92%	20,0%	-

Fonte: Dados da pesquisa.

¹⁸A consulta aos indicadores qualitativos pode ser feita em: Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Explicativa: Avaliação Nacional Da Alfabetização – ANA 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/ana/resultados>>. Acesso em: 10 out. 2015.

Embora a análise comparativa seja prejudicada pela falta de acesso aos resultados da Escola C, justamente a que apresentou o melhor desempenho em Leitura e Escrita em 2013, observa-se, confrontando-se os dados das Escolas A e B, que a preponderância do desempenho em Leitura se manteve nos dois anos na Escola 2 e 3, na primeira escola e 1 e 2, na segunda escola. Houve melhoria no resultado da escrita, pois em ambas a prevalência passou de 1 e 2, em 2013; para 3 e 4, em 2014 e houve queda, de ambas, no resultado dos testes de Matemática, que passaram de 3 e 4, na Escola A, para 2 e 3; e de 2 e 3 na Escola B, para 1 e 2.

Os resultados da ANA de 2013 e 2014 confirmam o baixo rendimento dos estudantes da rede municipal de ensino de Bataguassu, mas não é possível atribuí-lo ao processo de formação desenvolvido pelo PNAIC, dado o pouco tempo de desenvolvimento do programa e ao fato de que nem todos os docentes que estavam atuando nos anos iniciais em 2014 participaram da capacitação oferecida pelo programa em razão da rotatividade de professores nesses dois anos de formação, além da premissa de que um teste realizado em dois dias não registra o nível real de desenvolvimento dos estudantes, dadas as múltiplas variáveis presentes.

Amaral (2015, p.132) em situação similar, analisando dados do estado do Rio de Janeiro, acentua essa percepção:

As discussões sobre avaliações tanto dos alunos quanto externa, com privilégio sobre os resultados foi foco de preocupação nas formações. Essa temática exige estudo com rigor, profundidade e criticidade, permitindo que o processo avaliativo investigue as diferenças entre ler e compreender. Defendemos que a avaliação externa objetiva 'melhorar' os índices educacionais em avaliações de larga escala, desempenhando papel pedagógico que possibilite maior aproveitamento no processo de ensino-aprendizagem. Essa resposta não virá a curto prazo, pois é preciso romper com os modelos, construir propostas político-pedagógicas que atendam demandas e interesses da população, bem como oportunizar aos professores refletir sobre suas práticas pedagógicas, inovando-as sempre.

Diante do exposto, é preciso que os profissionais de todas as escolas e a sociedade se mobilizem na busca pela melhoria de resultados positivos, não apenas como indicadores de desempenho das avaliações em larga escala, para comparações nacionais e internacionais, mas como comprovação da obtenção dos direitos de aprendizagem de cada criança e cidadão.

O PNAIC é um programa que está em fase inicial e os resultados aparecerão a médio e longo prazos e não de imediato, pois tal qual o processo de construção de saberes, a consolidação de uma política é gradativa e processual.

4 Conclusão

Os objetivos do estudo foram alcançados parcialmente em razão de uma conjunção de fatores: a baixa adesão de professores alfabetizadores; a adesão exclusiva de participantes bolsistas; a ausência de publicização de resultados de desempenho escolar das escolas participantes

do programa nos períodos de sua realização; a fragilidade dos resultados de desempenho escolar obtidos junto às escolas.

Os resultados indicam que o programa foi bem aceito pela maioria dos profissionais envolvidos, que avaliaram muito positivamente as ações desenvolvidas e participaram de todas as atividades relativas ao programa.

Constatou-se que as ações do PNAIC influenciaram o trabalho dos docentes da rede municipal de ensino de Bataguassu, mas ainda não correspondem ao alcance dos objetivos do PNAIC, pois a análise da percepção dos professores aponta para a valorização de materiais e da exemplificação de atividades e jogos, além da motivação dos estudantes mediante essa "nova prática", mas sem indicadores concretos a respeito da base teórica que deveria estar sendo construída ao longo do processo de formação continuada.

A exaltação do lúdico pelo lúdico e como elemento central para a garantia da qualidade de ensino denota a insuficiência do conhecimento teórico-prático dos professores alfabetizadores. Não foram mencionados por eles aspectos da Psicogênese da Língua Escrita ou feito um contraponto entre o nível de hipótese de escrita dos estudantes e as intervenções pedagógicas desejáveis. Quanto à aprendizagem dos estudantes, as falas, tanto de diretores, como de técnicos e professores, são genéricas, indicando que os alunos "melhoraram", mas sem explicitar em que nível e em quais aspectos concretos da aprendizagem.

Apesar dos limites iniciais, observa-se uma mobilização no âmbito escolar que é bastante importante, e que, se mantida, poderá redundar em uma formação e práticas pedagógicas mais consistentes, se combatida a rotatividade de participantes e se consolidado o desenvolvimento do programa como política de Estado e não de governo.

Nesse sentido, vale destacar que é preocupante a não participação do município no programa nesse ano de 2015, pois dessa forma não haverá uma efetiva consolidação das ações do PNAIC em Bataguassu.

Em um momento de crise econômica e redução dos investimentos do Estado nas políticas educacionais, a mobilização social é essencial para a manutenção, o aprimoramento contínuo e ampliação do atendimento do PNAIC, o que requer ações de toda a população e não só dos profissionais da educação.

Referências

AMARAL, A. P. L. Formação continuada de professores: reflexões sobre a participação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. *Cad. Cedes*, v.35, n.95, p.127-133, 2015.

BATAGUASSU. Informações completas. IBGE cidades. 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=500190&search=mato-grosso-do-sul|bataguassu|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao-

compilado.htm>. Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 6 de maio 2015.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Brasília: MEC, SEB, 2012a. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: formação do professor alfabetizador: caderno de apresentação*. Brasília: MEC, SEB, 2012b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Entendendo o Pacto*. Brasília, 2013a. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): documento básico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Documento orientador das ações de formação continuada de professores alfabetizadores em 2015*. 2015a. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/documento_orientador_2015_versao_site.pdf>. Acesso em: 30 out. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação*. Brasília: MEC, SEB, 2015b.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Explicativa: Avaliação Nacional Da Alfabetização – ANA 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/ana/resultados>>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

DOLZANE, M.I.F. *Estratégias pedagógicas e gerenciamento aberto: uma análise cartográfica dos novos formatos de acompanhamento de ações pedagógicas no campo da formação continuada de professores*. 2015. 101f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Educação brasileira: indicadores e desafios: documentos de consulta. Brasília: MEC, 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE cidades. 2013. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat>

xtras/home.php>. Acesso em: 8 jul. 2015.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica, 2002: resumo técnico. Brasília: INEP, 2003.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar da Educação Básica, 2013: resumo técnico. Brasília, DF, 2014.

INFORMATIVO PNAIC/MEC/UFMS. Campo Grande, MS: UFMS, 2014.

RESENDE, V.A.D.L. *Análises dos pressupostos de linguagem nos cadernos de formação em língua portuguesa do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC*. 2015. 215f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015.

SALOMÃO, R. *A formação continuada de professores alfabetizadores: do Pró- Letramento ao PNAIC*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

SANTOS, C.B.S. *Alfabetizar até o final do 3º ano: reflexões sobre a proposta do Pacto Nacional para Alfabetização na Idade Certa – PNAIC*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SANTOS, N.F.C. *Entre o proposto e o almejado: da proposta do pacto nacional pela Alfabetização na Idade Certa às expectativas almeçadas por docentes participantes*. 2015. 123f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: muitas facetas. *Rev. Bras. Educ.*, n.25, p.5-17, 2004.

SOARES, M.Z.A. *A prática avaliativa na produção textual escrita dos discentes nos anos iniciais do ensino fundamental*. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e ensino) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SOUZA, E.P. *A formação continuada do Professor Alfabetizador nos Cadernos do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)*. 358f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

TEDESCO, S. *Formação continuada de professores: experiências integradoras de políticas educacionais – PNAIC e PROUCA – para alfabetização no ensino fundamental de uma escola pública*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. 5 Metas. 2010. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/indicadores-da-educacao/5-metas?task=indicador_educacao>. Acesso em: 10 out. 2015.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Conferência Mundial de Educação para Todos. Declaração Mundial de Educação para Todos. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. Brasília: Unifec, 1990.